

**HABEAS CORPUS Nº 443.193 - RJ (2018/0072116-3)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : DIEGO MONTEIRO RIBEIRO**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. CONCRETA FUNDAMENTAÇÃO. PEDIDO DE AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. TEMA NÃO APRECIADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.  
Ordem de *habeas corpus* denegada.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Diego Monteiro Ribeiro**, em que se aponta como autoridade coatora a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

No Processo n. 0002786-70.2014.8.19.0018, o Juízo da Vara Criminal da comarca de Macaé condenou o paciente como incurso no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal. Foi entendido que o crime foi cometido por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima (fls. 23/25). Constou na denúncia que o paciente, em unidade de desígnios com outros dois indivíduos, efetuou disparos de arma de fogo contra Albert Ray Silva dos Santos, causando-lhe a morte (fls. 14/16).

Em sede de apelação, a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu-lhe parcial provimento para corrigir erro material, no cálculo da dosimetria da pena, em **14 anos e 6 meses de reclusão**, em regime fechado (fls. 58/70).

No presente *writ*, a defesa aponta ilegalidade na pena fixada, em

face de apenas uma circunstância judicial. Alega ainda que *não existe nenhuma anotação criminal na FAC do acusado com trânsito em julgado, motivo pelo qual não poderia ser considerada como fundamento para a configuração da reincidência* (fl. 11).

Parecer ministerial opinando pela denegação da ordem (fls. 95/99).

É o relatório.

A impetrante aponta ilegalidade na pena fixada, em face de apenas uma circunstância judicial. Alega ainda que inexistente anotação que configure reincidência.

Na sentença, a pena-base foi elevada na fração de 1/6, fixada em 14 anos de reclusão, em razão das circunstâncias do crime, por ter o magistrado considerado o fato de ter o acusado efetuado diversos disparos de arma de fogo, em via pública, além de que a namorada da vítima estava presente no momento do crime, no quadro da bicicleta, tendo sua vida também colocada em risco.

A Corte local manteve a sentença neste ponto, entendendo como devidamente justificada (fls. 66/67).

Com efeito, não há constrangimento ilegal nesse ponto. Houve excesso por parte do paciente, pois para a consumação do delito não se fazia necessário ter efetuado diversos disparos. Além disso, estando a namorada da vítima, no momento do crime, bem próxima à vítima, poderia sim ter sido atingida. O Magistrado, que está mais perto das provas dos autos, apresentou concreta fundamentação, o que deve ser mantido por esta Corte Superior.

Em relação ao *quantum* de elevação, 1/6, também não há falar em desproporção, a ponto de ser devida a intervenção do Superior Tribunal de Justiça, que deve atuar na dosimetria somente em casos de flagrante ilegalidade.

Na segunda fase, o Magistrado considerou como agravantes a reincidência, por decisão já transitada em julgado, e o motivo torpe (por existir mais de uma qualificadora). Inexiste ilegalidade na consideração de uma das qualificadoras na segunda fase da dosimetria. E sobre o *quantum* de aumento, houve a correção de erro material pelo Tribunal. Como a pena foi elevada em 3 anos por essas duas agravantes (reincidência e motivo torpe), e reduzida em 2 anos e 6 meses, pela atenuante de menoridade, correta a fixação definitiva em 14 anos e 6 meses de reclusão, em face de inexistirem causas de aumento e diminuição da pena.

Quanto ao afastamento da reincidência por carência de comprovação do trânsito em julgado da sentença condenatória valorada na segunda etapa do critério dosimétrico, não houve o devido enfrentamento pelo Tribunal estadual. A defesa limitou-se a pedir a redução do *quantum* de aumento a título de reincidência, o que foi acolhido pelo Tribunal, tendo sido estabelecido o incremento de 1/6, pois o réu ostentava apenas uma condenação transitada em julgado à época dos fatos, pela prática de crime distinto.

Ante o exposto, **denego** a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator